

Marcelo Gules Borges, Isabel Cristina de Moura Carvalho e Carlos Alberto Steil

## A juçara vai à escola aprendizagem entre pessoas, coisas e instituições

### Aviso

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

**revues.org**

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

### Referência eletrônica

Marcelo Gules Borges, Isabel Cristina de Moura Carvalho e Carlos Alberto Steil, « A juçara vai à escola », *Horizontes Antropológicos* [Online], 44 | 2015, posto online no dia 02 Novembro 2015, consultado o 04 Novembro 2015. URL : <http://horizontes.revues.org/1045>

Editor: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<http://horizontes.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em: <http://horizontes.revues.org/1045>

Este documento é o fac-símile da edição em papel.

© PPGAS

---

# A JUÇARA VAI À ESCOLA: APRENDIZAGEM ENTRE PESSOAS, COISAS E INSTITUIÇÕES

*Marcelo Gules Borges\**

*Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil*

*Isabel Cristina de Moura Carvalho\*\**

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Brasil*

*Carlos Alberto Steil\*\*\**

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

**Resumo:** *Este artigo é resultado de uma etnografia sobre materialidade, educação e aprendizagem realizada no contexto de uma rede local de educadoras ambientais atuantes em escolas públicas de ensino fundamental no litoral norte do Rio Grande do Sul, no Brasil. Tivemos por objetivo seguir as linhas que constituem o protagonismo da palmeira juçara, Euterpe edulis, espécie botânica conhecida popularmente como açaí da Mata Atlântica. Estivemos atentos aos seus usos nas práticas de alimentação e educação ambiental desenvolvidas pelas educadoras da Teia (Teia de Educação Ambiental da Mata Atlântica). Desde nossa perspectiva, a juçara é um outro não humano que participa de uma trama de relações sociais e materiais, entrelaçando pessoas, coisas e instituições e está no centro de um feixe de processos de aprendizagem individuais, sociais e ambientais. Dialogamos com uma noção de aprendizagem pensada a partir dos modos pelos quais experiências educativas são vividas nos termos de uma sintonia fina e dos laços de copertencimento com a dimensão não humana do ambiente, estabelecendo laços produtivos com outros humanos e não humanos. Nesse sentido, descrevemos a convivência entre as educadoras e a juçara como oportunidade para compreender formas de aprendizagem escolar e não escolar em uma comunidade rural no Rio Grande do Sul que, como qualquer outra, é constituída por um mundo mais que humano.*

**Palavras-chave:** *agroecologia, aprendizagem, educação ambiental, Mata Atlântica.*

---

\* Contato: marcelo.borges@ufsc.br.

\*\* Contato: isabel.carvalho@puers.br.

\*\*\* Contato: steil.carlosalberto@gmail.com.

**Abstract:** *This paper results of an ethnography on materiality, education and learning carried out in the context of a local network of active environmental educators in public elementary schools in the North of Rio Grande do Sul, Brazil. Our aim was to follow the lines that make up the role of juçara palm, Euterpe edulis, botanical species popularly known as açai of the Atlantic Forest. We were aware of its uses in food and environmental education practices developed by the educators of the Teia (Teia de Educação Ambiental da Mata Atlântica). From our perspective, juçara is an other non-human who participate in a intertwining of social and material relations, linking people, things and institutions and is at the center of a bundle of individual, social and environmental learning processes. We dialogue with a notion of learning in a way by which educational experiences are lived under a fine tuning and co-belonging ties with non-human dimension of the environment, establishing productive ties with other humans and non-humans. In this sense, we describe the interaction between the teachers and the juçara as an opportunity to understand forms of school and non-school learning in a rural community in Rio Grande do Sul that, like any other, is constituted by a more-than-human world.*

**Keywords:** *agroecology, Atlantic Forest, environmental education, learning.*

A Teia de Educação Ambiental da Mata Atlântica (Teia) é um coletivo que surgiu a partir do encontro dos técnicos do Centro Ecológico (CE) com um grupo de professoras do ensino fundamental de escolas públicas. Desde 2005, a Teia tem se expandido com a adesão das escolas da região, incluindo atualmente escolas nos municípios gaúchos de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Torres e Mampituba e no município catarinense de Praia Grande. As ações da Teia se apresentam como de educação ambiental e têm na valorização da alimentação ecológica uma das suas principais propostas pedagógicas. Nesse contexto, o açai da juçara foi ganhando destaque como *material* educativo fundamental para a consolidação de um modo ecológico de viver e de pertencer ao lugar.

A primeira aproximação dos autores com a Teia vem da inserção de Isabel, desde o final dos anos 1990, no circuito agroecológico no Rio Grande do Sul e do seu contato com o CE e, mais recentemente, da sua participação, em 2008, no Seminário de Educação Ambiental, organizado pela Teia. A presença de Marcelo acontece entre os anos de 2009 a 2013, como pesquisador na região – na época orientando de doutorado de Isabel – quando se dedicou

a acompanhar os eventos da Teia e ouvir as pessoas: seus relatos, suas expectativas, seus anseios e temores. Em campo, participou das experiências de educação ambiental da Teia, dentro e fora do espaço físico das escolas, coletou materiais pedagógicos tais como: livros, livretos, manuais, mapas, fantoches, maquetes, brinquedos, materiais recicláveis. Esteve junto com as professoras e as crianças em atividades como: caminhar, cozinhar, comer, contar, encenar, compor, cantar, brincar. Observou o jeito de as educadoras ambientais verem, fazerem e lutarem por uma educação agroecológica no contexto escolar. Carlos, como coordenador do Grupo de Pesquisa Sobre Naturezas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), junto com Isabel, esteve presente em cada etapa do trabalho de campo de Marcelo, discutindo seus textos preliminares no grupo e como membro arguidor de suas bancas de qualificação e de doutorado. A escrita do texto, por sua vez, é resultado de um trabalho que se deu efetivamente a seis mãos. A partir da primeira versão de Marcelo, que explorava a riqueza dos dados de campo, os dois outros autores engajaram-se na escrita de sucessivas versões, em idas e vindas, até o resultado final que apresentamos agora aos leitores.

A juçara é uma palmeira que na taxonomia científica atende pelo nome específico de *Euterpe edulis*. No litoral norte do Rio Grande do Sul, no Brasil, é conhecida popularmente pela produção do palmito e por seu fruto, o *açaí da Mata Atlântica*, ou pela palmeira que o produz. Essa denominação, que relaciona o fruto da palmeira à Mata Atlântica, a diferencia de outras palmeiras que também ocorrem no Brasil, mas na região Norte do país, na Floresta Amazônica, especialmente a *Euterpe oleracea*. A variação *oleracea*, igualmente conhecida como juçara, ocorre principalmente no Pará e é a produtora do *açaí* que ganhou o mundo como alimento energético consumido por atletas e adeptos da alimentação natural. As duas palmeiras e seus frutos, o *açaí* da juçara amazônica e o da juçara da Mata Atlântica não são idênticos nem no sabor nem nos saberes que evocam em cada região, como veremos ao acompanhar o trabalho de educação ambiental realizado pela Teia.<sup>1</sup>

O objetivo que orientou a pesquisa de campo e a etnografia, o qual deu fundamento empírico ao texto, foi o de experimentar as potencialidades de

---

<sup>1</sup> Ao longo deste artigo vamos nos referir à juçara da Mata Atlântica apenas como juçara, como é chamada pelos grupos locais no litoral do Rio Grande do Sul.

uma perspectiva teórica que pretende questionar polaridades reificadas estruturantes do senso comum na educação e na antropologia, como educador/educando, teoria/prática, material/imaterial, dentro/fora, local/global, as quais se desfazem nas práticas pedagógicas. E encontramos na juçara um fio a seguir num movimento que inclui a Teia, seus participantes, suas atividades, suas relações institucionais locais com o CE, com os produtores familiares, com a Igreja, com a universidade, com as agências internacionais de financiamento e as agências educacionais estaduais e municipais. Essa atitude, como o leitor poderá vir a perceber, implicou um engajamento e participação intensa na vida das pessoas e suas relações com o lugar. Quer em campo quer na atividade da escrita textual, os autores procuram se posicionar como aprendizes que se deixam surpreender pela criatividade das pessoas e das coisas em se inventarem, reinventando a cada dia, em cada tempo e lugar, a educação ambiental. A centralidade da juçara nesse processo quer chamar a atenção do leitor para a presença da matéria na constituição do mundo que habitamos que, precisamos admitir, é mais que humano.

### Fios da teia: a Mata Atlântica, o Centro Ecológico e o circuito agroecológico

Em consonância com nosso intuito de enfatizar a dimensão material da experiência educativa, a juçara se impôs, pela sua presença reiterada nos eventos e nas narrativas das pessoas. Aos poucos, como é demonstrado na etnografia que segue, a juçara foi se revelando como um bom fio condutor neste emaranhado de linhas que se entrelaçam, compondo a educação ambiental no local. Entre essas múltiplas linhas, seguir a juçara possibilitou participar de um *parlamento de linhas* – para usar um conceito formulado por Tim Ingold (2012) – sem se perder no emaranhado da sua trama. Por outro lado, nossa preocupação foi a de romper com o distanciamento do observador externo e aceitar o convite que a juçara nos fez para participar e aprender com nossos interlocutores locais como são tecidas as condições de produção da vida nesse ambiente. Assim, longe de nos deixar capturar pelo seu significado ou por sua agência, a juçara nos conduziu a um movimento contínuo de ultrapassagem dos limites semânticos e narrativos em direção à materialidade de sua presença, sua textura, sua densidade, seu gosto e sua cor. Enfim, a juçara se apresentou como “coisa”, no sentido atribuído por Ingold a esse conceito. A transcrição de um trecho de seu artigo *Trazendo as coisas de volta à vida*,

publicado em *Horizontes Antropológicos*, explicita o uso que fazemos desse conceito e a pertinência de aplicá-lo à juçara. O contexto da reflexão do autor é o da aprendizagem *outdoor*, em que seus alunos são convidados para sair do “isolamento da sala de aula para dar uma volta lá fora, ao ar livre”, onde a mata se torna o ambiente de ensino. Observando as árvores, Ingold (2012, p. 29) convida seus alunos a perceber “onde termina a árvore e começa o resto do mundo” e em seguida afirma:

Essas considerações me levaram a concluir que a árvore não é um objeto, mas um agregado de fios vitais. É isso que entendo por coisa. Aqui, sigo de modo frouxo o argumento clássico avançado pelo filósofo Martin Heidegger. Em seu célebre ensaio sobre *A coisa*, Heidegger (1971) buscou delinear justamente o que diferiria uma coisa de um objeto. O objeto coloca-se diante de nós como um fato consumado. [...]. A coisa, por sua vez, é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião.

O que importa, na escolha da juçara como fio condutor, não são tanto as conexões que ela estabelece com os outros atores, humanos e não humanos que constituem a rede, mas o movimento e os fluxos que a sua presença engendra ao participar desse parlamento de linhas que tecem a malha da educação ambiental.<sup>2</sup> Como aparece no relato etnográfico, a educação ambiental se faz “ao longo não de uma mas de múltiplas linhas, enredadas no centro mas deixando para trás inúmeras ‘pontas soltas’ nas periferias” (Ingold, 2012, p. 41). Ao dirigir nossa atenção para essas pontas soltas vemos como elas se entrelaçam a partir da centralidade que a juçara assume nesse contexto

---

<sup>2</sup> Aqui convém chamar a atenção do leitor para uma diferenciação que Ingold estabelece entre malha (*meshwork*), um dos conceitos-chave do seu pensamento, e o conceito de rede (*network*), como este foi proposto por Bruno Latour. Diz o autor: “Essa distinção entre as linhas de fluxo da malha e as linhas de conexão da rede é crucial. [...] Diferente das redes de comunicação, por exemplo, os fios de uma teia de aranha não conectam pontos ou ligam coisas. Eles são tecidos a partir de materiais exsudados pelo corpo da aranha, e são dispostos segundo seus movimentos. Nesse sentido, eles são extensões do próprio ser da aranha à medida que ela vai trilhando o ambiente. [...] O *acteur réseau* foi originariamente concebido por seus criadores [...] para indicar justamente essas linhas de devir. Sua inspiração veio, em larga medida, da filosofia de Deleuze e Guatarri” (Ingold, 2012, p. 40-41). É preciso dizer, ainda, que Ingold atribui à tradução do conceito rede do francês (*réseau*) para o inglês (*network*) um empobrecimento do sentido original proposto por Latour, uma vez que, como ele afirma: “*réseau* pode se referir tanto a rede (*network*) como a tecer (*netting*) – tecer uma malha, o bordado de uma renda, o plexo do sistema nervoso, ou a teia de uma aranha” (Ingold, 2012, p. 40).

específico. Na malha constituída em torno da juçara, algumas pontas importantes que destacaremos neste texto são a luta pela defesa da Mata Atlântica, a atuação do CE e a preexistência de um circuito agroecológico.

Não é uma coincidência semântica que o coletivo de educadoras se chame Teia de Educação Ambiental da Mata Atlântica. A defesa da Mata Atlântica é também uma das razões que leva o CE a expandir sua ação, inicialmente localizada na serra gaúcha, para o litoral. Ao assumir essa luta e identificar-se com a Mata Atlântica, a Teia estabelece, de certo modo, linhas de *parentesco*, aliança e copertencimento com esse bioma do qual a juçara se torna, de certo modo, uma *espécie-bandeira*, como chamaria a biologia da conservação.<sup>3</sup> A diferença é que, no caso da juçara, isso não foi pensado previamente como uma estratégia técnica de manejo e conservação, mas se deu por meio do engajamento das pessoas e das instituições no processo da educação ambiental.

Um ponto de partida para se escrever a história da educação ambiental na região pode ser localizado no trabalho dos técnicos da organização não governamental Centro Ecológico, que deu origem à Teia. O CE é uma das ONGs pioneiras na constituição do que podemos chamar de um circuito agroecológico no estado, formado por um conjunto de organizações não governamentais que se especializou na oferta de serviços de extensão rural, tecnologias apropriadas, assessoria, educação ambiental, promoção de cooperativas agroecológicas, feiras ecológicas, redes de produtores e consumidores. Este circuito tem início nos anos 1980 e se consolida nas décadas seguintes no Rio Grande do Sul. Nos anos 2000, durante a gestão do governador Olívio Dutra, a assistência agroecológica passa a ser assumida como política de governo, pela Empresa Estadual de Extensão Rural – Emater-RS. Embora o que estamos chamando de um circuito agroecológico possa ser estendido a todo Brasil, no estado do Rio Grande do Sul a sua formação e a sua consolidação são particularmente bem-sucedidas, beneficiando-se da estrutura fundiária,

---

<sup>3</sup> Espécie-bandeira é um conceito da biologia da conservação utilizado para destacar uma determinada espécie, considerada mais “carismática” (bonita, atrativa) entre outras que participam do mesmo ecossistema visando sensibilizar a população para a conservação e para a identificação do risco ambiental. Espécies-bandeira, em geral, são escolhidas pela sua atratividade, seu conhecimento prévio pela população e sua vulnerabilidade ou importância ecológica, tais como o urso panda, a tartaruga marinha, a baleia jubarte, o mico-leão-dourado, entre outras. Sobre biologia da conservação e esse conceito, ver Primack e Rodrigues (2001) e *O Eco* (2014).

caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade e da agricultura familiar. A conjuntura política que possibilitou o desenvolvimento dessas práticas foi o final da ditadura militar e a presença, na cena pública, do protagonismo dos movimentos sociais. Como o próprio Centro Ecológico apresenta em sua página na *web*,

os anos 80 foram de muita efervescência no meio rural no Brasil. Os impactos sócio-ambientais negativos da Revolução Verde, a distensão da ditadura militar e a retomada das lutas sociais no campo criam o cenário oportuno para o surgimento de organizações que buscavam uma nova forma de desenvolvimento no meio rural baseado na Agricultura Ecológica e na cooperação. (Centro Ecológico, [2004]).

Muitos dos técnicos que implementaram os serviços agroecológicos eram militantes ambientalistas e fizeram dessa forma de atuação institucional um espaço privilegiado de sua ação político-ecológica. O CE é um tipo de organização que não pode ser compreendida fora das demandas de cidadania dos anos 1980, particularmente do movimento ambientalista que pretendeu inscrever no horizonte de um projeto popular as especificidades do ideário ambiental. A visão de mundo que orienta esse tipo de ação agroecológica é o questionamento da ruptura e da hierarquização entre natureza e cultura, entre a materialidade do ambiente e a aprendizagem humana. Essa perspectiva tem implicações epistemológicas, políticas e pedagógicas e, do nosso ponto de vista, é o que permite que uma palmeira como a juçara se torne protagonista de um processo socioambiental e pedagógico relevante para a ação educativa e o desenvolvimento local.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Essa perspectiva, que poderíamos associar com o que vimos chamando em outros trabalhos de *epistemologias ecológicas* (Steil; Carvalho, 2014), encontra ressonância na formulação dos princípios de atuação do CE que articulam agricultura e ecossistemas naturais, considerando as relações socioambientais nesses sistemas de produção como multideterminadas, complexas e em permanente transformação; consideram os saberes populares e científicos como válidos e, portanto, agricultores e técnicos em cooperação constituem-se como pesquisadores, produtores de conhecimento e desenvolvedores de tecnologias apropriadas; buscam superar as formas de desvalorização da produção rural bem como as dicotomias campo/cidade, público/privado, mercado/sociedade, produtores/consumidores, dentro do modelo hegemônico de desenvolvimento neoliberal.



## Preparando todos para receber a juçara

O trabalho das educadoras ambientais da Teia não pode ser descontextualizado da história das lutas ambientais nem da rede de instituições governamentais e não governamentais, que acabamos de mencionar. Como afirmava uma das merendeiras da Teia, “é preciso preparar todos pra receber a juçara”. Uma preparação que envolve, segundo a fala de uma educadora ambiental, “o trabalho de articulação dos grupos, das instituições e das prefeituras dos diferentes municípios da região para que a juçara pudesse entrar na merenda escolar”. E, mais, tratava-se de mudar uma relação de longa duração que os agricultores, que cultivam terras dentro do bioma da Mata Atlântica, mantinham com a juçara. Por muitos anos, adentrar a mata e cortar a palmeira da juçara para extrair seu palmito constituiu-se numa fonte de renda complementar àquela que advinha do cultivo dos produtos agrícolas no regime da pequena propriedade familiar. Nesse contexto, o açaí da juçara era totalmente desconsiderado como alimento e classificado no rol dos frutos não comestíveis. A Lei da Mata Atlântica (Brasil, 2006) e a Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (cf. Brasil, 2008), que passou a proteger a juçara como uma espécie nativa em extinção, colocou o consumo e a venda do seu palmito na clandestinidade e ensejou a inclusão do seu fruto na lista dos alimentos saudáveis e da agroecologia. Stela,<sup>5</sup> educadora ambiental, ao narrar a história da juçara na região e sua entrada nas escolas, destaca a importância da Mata Atlântica na constituição da Teia. Na entrevista realizada no início de 2011, na cidade de Três Cachoeiras, ela relata:

Eu quero te dizer uma coisa. O que para mim foi fundamental no trabalho da Teia foi a questão da Mata Atlântica. Porque assim, o açaí, ele é o fruto da palmeira juçara, que estava quase em extinção. Aqui na região é muito comum o roubo dessa planta à noite. As pessoas cortam a planta para vender o palmito

---

<sup>5</sup> Utilizamos os nomes verdadeiros dos técnicos do Centro Ecológico bem como de outros atores locais. Também não omitimos o nome verdadeiro das escolas. Entendemos que essa opção não prejudica os informantes da pesquisa em nenhum nível. Trata-se de uma rede pública onde as pessoas e as escolas são bem conhecidas na região. O trabalho da Teia e do Centro Ecológico tem repercussão também para além da região, sendo conhecido no estado do Rio Grande do Sul. Há documentos públicos no *site* da ONG onde os nomes desses participantes e das escolas são mencionados. Mesmo assim, essas pessoas e instituições foram consultadas e autorizaram o uso de seus nomes verdadeiros na pesquisa.

clandestinamente. O agricultor, que corta esse palmito, acaba, às vezes, até sendo multado. Então, esse trabalho do Centro Ecológico com as agroflorestas ajudou o trabalho da Teia e das escolas. Com a Teia e as escolas para mim fecha todo um ciclo. Porque o agricultor que mantém essa palmeira na sua plantação por vários motivos ele está preservando a Mata Atlântica.

O ciclo, no entanto, parece que se mantém aberto pela sequência da fala de Stela. Apesar das vantagens de se manter a juçara de pé na mata e utilizar apenas o seu açaí na dieta alimentar, alguns agricultores arriscam-se em desafiar a lei e continuam cortando a palmeira para extrair o seu palmito. O que justifica, em grande medida, a ação educativa da Teia por meio de reiteradas narrativas que exaltam a juçara e a elevam à condição de educadora ambiental. Às narrativas, no entanto, somam-se as possibilidades materiais da própria juçara, que produz um fruto que responde à ação humana na elaboração de geleias, bolos, sucos que passam a ser consumidos prazerosamente pelas crianças na merenda escolar e pelas famílias na sua dieta cotidiana. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma educação do paladar em que a materialidade da juçara e a habilidade humana concorrem para mudar hábitos e estilos de vida na região.

Há, na fala de Stela, um outro aspecto a ressaltar que remete à valorização do local em contraponto ao processo de globalização que se expressa em alimentos industrializados em grande escala. A preocupação com a sustentabilidade que, como vimos, materializa-se na inclusão de uma porcentagem de alimentos produzidos na região na merenda escolar,<sup>6</sup> está associada à geração de renda e à manutenção de um estilo de vida rural, estancando o êxodo dos jovens para a cidade. Na sequência da sua entrevista, Stela afirma:

E as crianças, quando comem açaí da juçara na escola, elas sabem muito bem a importância que isso tem para o lugar, pois o açaí é daqui! A juçara é tudo para essa orquestra, para toda essa articulação! Elas, as crianças e os adolescentes, estão sabendo que estão consumindo um produto que vai valorizar a agricultura familiar, que vai gerar mais renda, que ela vai estar fazendo a parte dela e vai estar contribuindo para a economia solidária e para sua própria saúde! É muito

---

<sup>6</sup> Entre a promulgação da lei 11.947/09 (Brasil, 2009a) e a inclusão da juçara na merenda escolar na região há um longo processo de negociação que teve início em 2009, envolvendo a ação conjunta das ONGs Centro Ecológico, Econativa e Teia com as prefeituras.

interessante. É muito legal tu chegares numa escola e ver as crianças consumindo a juçara, porque elas sabem muito bem o que está acontecendo. (Stela, entrevista em 06/04/2011).

Enfim, na narrativa de Stela, assim como na inclusão da juçara na alimentação escolar, deparamo-nos com mais alguns fios que tecem a educação ambiental na região. Ao ir para a escola e ser comida pelos estudantes a juçara presentifica valores relacionados à defesa da biodiversidade, à viabilidade da agricultura familiar da pequena propriedade, à alimentação saudável e agroecológica. Esses fios se entrelaçam com outros, de caráter mais histórico e social, que aparecem nas falas dos agentes políticos, religiosos e acadêmicos. O que podemos observar no trabalho de campo é que quando se caminha pela região com a atenção voltada para a questão ambiental raramente encontramos alguma prática educativa, evento social ou político sem a presença da juçara.

## A educação do gosto: sabores e saberes da juçara, o açaí daqui

As escolas de ensino fundamental são espaços privilegiados de disseminação da juçara como um item da alimentação das crianças. A partir da escola ela chega às famílias e às organizações políticas e civis da região. A sua inclusão na cultura alimentar, no entanto, não tem sido um processo sem resistências e estranhamentos. Sua introdução como um item no cardápio da merenda escolar só foi possível pelo fato de contar com um ambiente de recepção favorável, forjado pela atuação das pessoas e instituições e pelo o respaldo da lei 11.947/09 (Brasil, 2009a), que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar para compor a dieta da merenda escolar.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “Em 2009 o Governo Federal promoveu modificações na legislação que rege a alimentação escolar, regulamentando a Lei 11.947/09, que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para esse fim. Com isso, cerca de 47 milhões de alunos da rede pública de ensino de todo o país passaram a ser um mercado em potencial pra quem vive da agricultura familiar, exatamente a realidade de quem está trabalhando com a polpa da Palmeira Juçara no momento. Esta é uma lei que traz, inclusive, uma oportunidade de se concretizar algo que é muito mencionado por praticamente todos aqueles que são incentivados a começar a produzir com a Juçara: a sustentabilidade.” (REJU, 2011, p. 4).

Daniele, nutricionista da prefeitura de Três Cachoeiras e educadora ambiental da Teia, em sua entrevista, faz referência aos desafios que as educadoras e as instituições ambientalistas tiveram que enfrentar para que a juçara pudesse ir à escola. No intento de detalhar esses desafios, ela lembra que a lei exige que a cota de 30% seja de alimentos produzidos no local, pela agricultura familiar, não necessariamente alimentos agroecológicos. A inclusão de alimentos agroecológicos e do açaí da juçara na merenda escolar foi uma conquista das educadoras e das instituições ambientalistas. Esses desafios, como podemos ver no trecho que destacamos de sua fala, incluem tanto a dificuldade dos pequenos agricultores responderem à escala da demanda do estado quanto o conhecimento técnico necessário à produção agroecológica.

Os agricultores não estão preparados para fornecer alimentos em quantidade suficiente e de forma frequente. Então, por esse motivo que eu te falei, aqui a região produz mais bananas. É mais fácil, não dá muito trabalho. Então, para produzir cenoura, beterraba, alface de forma orgânica é mais complicado [...] mas a gente consegue atingir os 30%, mas é certinho. É em torno de 20 produtos. A polpa da juçara é um deles. Todos são orgânicos e da agricultura familiar. Está na lei também que se a gente não consegue o produto aqui da região, podemos ir nas redondezas. (Daniele, entrevista em 08/11/2011).

Entre os produtos agroecológicos a juçara é referida com destaque pelo seu poder e sua capacidade, nas palavras de Daniele, de “disparar práticas ecológicas nas escolas”. Sua avaliação da política que incluiu a juçara na merenda escolar é de que pelo fato de a juçara “estar indo às escolas as coisas evoluíram”. A participação dos agricultores na produção da merenda escolar e o engajamento político da prefeitura junto ao movimento de preservação da Mata Atlântica, que a juçara engendrou, deu visibilidade e “um *status* para a cidade e a prefeitura”.

## O etnógrafo vai à escola Fernando Ferrari

Há um princípio implícito, associado à presença da juçara nas escolas, de que este é “um ambiente adequado para a educação nutricional e a promoção da alimentação saudável, bem como um lugar para reforçar o projeto dos agricultores familiares e dos ecologistas da região” (Gonçalves et. al., 2011, p. 4).

Guiado por esse princípio, relato [Marcelo], em seguida, aprendizagens com a juçara no cotidiano da escola Fernando Ferrari.<sup>8</sup> Em diversas visitas à escola participei das atividades junto às crianças em sala de aula, no pátio, no refeitório e conversei com as educadoras, as merendeiras e a diretora. Nesses espaços e nas conversas entabuladas a juçara sempre esteve presente, trazida pelos meus interlocutores como um elemento central da vida na escola. Ouvi, mais de uma vez, testemunhos eloquentes das crianças, como o da menina de 9 anos que espontaneamente dizia-me: “Adoramos a juçara. Ela é saborosa e nutritiva. Ela ajuda até os pássaros e as matas.” Um sentimento que reflete um elevado grau de recepção do açaí da juçara como alimento na merenda escolar e que foi comprovado pelo teste de aceitabilidade realizado na escola, o qual mostrou uma aprovação de 80% por parte das crianças.<sup>9</sup>

Essa presença da juçara no cotidiano da escola e sua aceitação por parte dos alunos, ao que parece, tem uma relação seminal com o projeto Quintal Agroflorestal, desenvolvido pelas educadoras da Teia na escola desde 2009. Como relata Aline, educadora ambiental e diretora da escola, o início do projeto está na assessoria do CE na implementação da educação ambiental na escola, quando se propôs pela primeira vez a ideia de levar a juçara para a escola como alimento extraído de seu fruto. Naquele momento, diz Ana, professora da escola e educadora ambiental, “o comentário geral, pelos corredores, era de que as professoras haviam enlouquecido e queriam fazer uma coisa diferente”. Apesar dessa resistência, nos conta Aline, “as gurias [educadoras ambientais] decidiram levar adiante a proposta de servir o açaí da juçara na merenda escolar”. Uma decisão que, segundo ela, contou com o apoio da secretaria de educação. A transcrição de um breve trecho de sua entrevista contextualiza esse momento inicial da entrada da juçara na escola.

---

<sup>8</sup> Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Ferrari, localizada na Vila Fernando Ferrari às margens da BR 101, em Três Cachoeiras, atendendo, principalmente, à comunidade do Chimarrão. Foi fundada em 1956 e, em 2011, possuía 200 alunos e 20 professoras, das quais 5 faziam parte da Teia.

<sup>9</sup> O teste de aceitabilidade é “o conjunto de procedimentos metodológicos, cientificamente reconhecidos, destinados a medir o índice de aceitabilidade da alimentação oferecida aos escolares” (Conselho Federal de Nutricionistas, 2010, p. 4). Esse procedimento é uma exigência do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) sempre que acontecer a introdução de um novo alimento na alimentação escolar (cf. Brasil, 2009b).

Aí que perguntei: “O que vamos fazer? Será que vai dar certo?” E eu mesma respondo: “Vamos tentar. Se não tentarmos não saberemos.” Se não me engano, a ideia foi do Sidilon, do Centro Ecológico. Eles estavam fazendo uma experiência com o açaí da juçara. A Daniele disse: “Vamos testar na escola.”<sup>10</sup> Eu sempre acreditei muito nessa questão da juçara e trazer uma coisa diferente. Substituir um pouco de achocolatado e suco de laranja. Eu olhava para o cardápio da merenda escolar e tinha pavor. Achocolatado, achocolatado, suco de laranja, suco de laranja. Tudo industrializado. Então veio o açaí da juçara com leite e banana. Agora tem um complemento que é natural. (Aline, entrevista em 08/11/2011).

Aline e Daniele relatam, em situações distintas, o quanto foi difícil o processo de educação do paladar das crianças para que a juçara tivesse a aceitação que ela tem hoje na escola. Foi necessário um trabalho exaustivo para sensibilizar as crianças para tomarem o suco de açaí da juçara e para obter o apoio dos pais e da comunidade. Reuniram informações sobre os benefícios alimentares do açaí da juçara, sobre os impactos sociais e ecológicos de preservação da sua espécie na Mata Atlântica, as experiências dos agricultores familiares da região com o uso do açaí na sua dieta e receitas de diferentes tipos de alimentos que poderiam ser preparados a partir do açaí. “Um trabalho minucioso e demorado”, conclui Aline, mas que, ao que parece, foi exitoso, porque, como ouvi no comentário de uma das merendeiras da escola:

Olha, eu não sei se as crianças realmente gostam da juçara, mas o fato é que elas tomam. Isso porque as professoras que trabalharam muito na escola, mas muito mesmo, para convencê-las. E até hoje tem criança que fica enjoada de tanto tomar.

Na verdade, estamos falando de um processo contra-hegemônico no qual a introdução de alimentos agroecológicos ou extrativistas, como o açaí da juçara, concorrem com os alimentos industrializados altamente divulgados pelo *marketing* massivo da mídia. Portanto, não se pode esperar uma unanimidade em relação à aceitação da juçara na escola e a sua integração como um hábito na cultura alimentar local. Uma cena, vivida no cotidiano da escola durante o

---

<sup>10</sup> Quando conheci Sidilon ele era o diretor do Departamento do Meio Ambiente da cidade de Três Cachoeiras e, junto com Daniele, que trabalhava na Secretaria de Educação do Município, era um dos ecologistas mais comprometidos com a proposta de levar a juçara para a escola.

trabalho de campo, é reveladora das resistências ao consumo do açaí da juçara por alguns alunos. Observando os alunos no refeitório em outra oportunidade presenciei uma cena em que um adolescente se nega a tomar o suco de juçara e dirige-se ao bar da escola, onde compra um refrigerante e um salgado de sal-sicha. Ou seja, o bar está presente na escola e oferece alternativas à merenda escolar gratuita, disponibilizada pelo governo.

## Festival da Juçara em Morrinhos do Sul

Em dezembro de 2012, participei [Marcelo] do Festival da Juçara em Morrinhos do Sul, cidade do litoral norte do Rio Grande do Sul, evento promovido por diversas organizações e instituições locais. Depois de uma viagem de três horas de carro, que se iniciou na cidade de Porto Alegre, cheguei ao salão paroquial, ao lado da igreja católica, para participar do festival. Ainda no carro, de longe, avisto a palmeira juçara imponente, plantada no pátio onde suponho as pessoas devem se reunir. Aproximo-me e não vejo ninguém no acesso central. Na entrada do salão, um cacho de juçara está exposto com cartazes alusivos ao festival. No interior do salão, as educadoras ambientais da Teia estão sentadas em uma mesa, recebendo as pessoas que se aproximam para realizar suas inscrições. Ao lado da mesa, vê-se a exposição de materiais pedagógicos de educação ambiental que versam sobre a juçara e que foram elaborados pelas professoras e pelos estudantes das escolas da região. Ao centro do salão, duas juçaras estão expostas lateralmente junto à mesa onde estão sentados os representantes locais e os palestrantes do dia.

Já estamos na abertura do evento. Padre Josimar, vestido de bermuda *jeans*, sandálias e com uma camiseta da Associação de Consumidores Ecologistas da Região de Torres (Acert), faz a abertura do festival. Numa narrativa que busca resgatar a história da educação ambiental na região, ele faz referência à Romaria da Terra,<sup>11</sup> ao trabalho de conscientização junto aos

---

<sup>11</sup> A Romaria da Terra é um tipo de peregrinação itinerante, criada no contexto da Teologia da Libertação e das Pastorais Sociais, e inserida no conjunto dos movimentos sociais, associados à luta pela reforma agrária e à defesa dos pequenos agricultores e comunidades indígenas e afrodescendentes. A primeira Romaria da Terra teve início no Rio Grande do Sul, no ano de 1978, e se disseminou por todo o país. Hoje ela faz parte do calendário das romarias do estado e ocorre todos os anos no período do Carnaval (Aydos, 2004; Steil, 2006).

agricultores familiares, ao primeiro curso de agricultura ecológica, ocorrido em 1991, ao papel articulador e extensionista do CE e à parceria com a Sociedade Sueca de Proteção à Natureza. Eis que, então, finaliza falando da juçara:

A juçara tem uma relação com a criação, com a ecologia e com a vida! O açai da juçara faz parte da vida da gente. É ele que produz a vida e a felicidade. A energia do açai, quando a gente come, tem uma relação muito íntima com a espiritualidade. Eis a justificativa do porquê [de] um evento em que a juçara é a personagem central.

À fala do padre, seguiram duas palestras. A primeira, proferida por Jorge Vivan, pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina e parceiro da Teia, sobre agroflorestas. A segunda foi ministrada pelo representante da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, sobre os programas desenvolvidos no meio rural pelo governo do estado. As duas palestras seguem, sem interrupções, por aproximadamente duas horas. Ao final, é disponibilizado um tempo para perguntas. Então Stela, como que tangenciando o tema, se posiciona sobre o trabalho da Teia.

Eu gostaria de falar que não tem algo mais ecológico do que valorizar a vida do agricultor. A ecologia e a educação ambiental feita com a juçara é o que mais valoriza a vida das crianças e dos jovens. A Teia já está trabalhando isso há muito tempo. Esse é o caminho!

Logo após, vamos ao “lanche ecológico”. Uma longa fila se forma em direção à grande mesa exposta com a juçara que se apresenta como alimento: jarras com suco de juçara, geleias de juçara, roscas com juçara, bolinhos com listras roxas de juçara, etc. O seu cheiro forte e cítrico, que impregnava o ambiente, transportou-me para o meu primeiro encontro com a juçara, em 2009, no Café da Biodiversidade na Escola Barea.<sup>12</sup> Antes mesmo de servir-me do lanche, recordava-me da cena de preparação do suco da juçara na cozinha da escola.

---

<sup>12</sup> A primeira vez que fui ao encontro da Teia foi em 2009, no Café da Biodiversidade na Escola Barea. A Escola está localizada na praça Morro Azul, em Três Cachoeiras, atendendo, principalmente, à comunidade de agricultores de Santo Anjo da Guarda. Foi fundada em 1958 e em 2013, possuía 104 alunos e 16 professoras, das quais 10 faziam parte da Teia.



## O Café da Biodiversidade na Escola Barea

Em novembro de 2009, participei [Marcelo] do Café da Biodiversidade na Escola Barea. Cheguei no local antes de começar o evento. Na recepção, Stela convidou-me para ir à cozinha e acompanhar a preparação dos sucos de açaí da juçara que seriam servidos na alimentação escolar. Cristiano, técnico do CE, preparava o suco com o auxílio de duas jovens estudantes. O grande liquidificador de metal era manejado por ele, que inseria um a um os ingredientes de preparação do suco. Atentas, as jovens acompanhavam o preparo, os procedimentos e a narrativa de Cristiano em sequência sobre a origem da juçara na região. Ele explicava as receitas, a ordem dos produtos, os tipos de misturas, os modos de preparar e assim por diante. Suzete, educadora ambiental da Teia, atravessa a conversa e pede: “Me alcancem a jarra.” Olhando para todos nós, ela se dirige para as meninas de forma sorridente: “Viram, gurias, a juçara é daqui. Quando a gente toma, é como se comesse o lugar.” Virando-se para mim com um copo na mão, cumprimenta-me: “Muito prazer, sou a juçara!” Ao provar o suco, minha sensação foi de um aroma forte e cítrico, aparência pastosa, pesada e, ao mesmo tempo, a impressão de que quando a ingeri estava tomando um suco com sabor de terra.

Nas idas a campo que se seguiram, fiquei surpreso pelas possibilidades de transformação da juçara e as suas variações nas receitas, assim como pela multiplicidade de narrativas a que o açaí da juçara dava origem. Como resumiu uma das minhas interlocutoras locais: “É com ela [juçara] que a gente aprende sobre o lugar e é com ela que se faz a educação ambiental da Teia.” Nas escolas, nos seminários, nas feiras... lá estava ela. Nas atividades de formação e palestras que acompanhei, ganhei muita juçara na forma de polpa, geleia e bolo. Um “presente local”, entregue com muito orgulho pelas educadoras ambientais. Preservá-la, mantendo-a em pé na mata, produzindo seus frutos, tornou-se, pouco a pouco, uma questão vital para as educadoras ambientais e para todos que aprenderam com a juçara a importância de assumir um modo de vida sintonizado com o ambiente.

Um último aspecto que vamos ressaltar nessa história da juçara está relacionado a uma certa perspectiva holística que ela evoca, desfazendo a divisão clássica entre natureza e cultura, que fundamenta a ideia da sociedade como uma experiência exclusiva dos humanos. Consumir o açaí da juçara,

como podemos observar na fala de Sidilon, que transcrevemos abaixo, não se restringe apenas a um ato biológico ou mesmo político, mas se insere no movimento de comunhão e continuidade material da vida que inclui todos os organismos e seres que habitam o planeta. Diz Sidilon:

O trabalho da Teia é uma coisa que começamos há muito tempo. Não é de agora. Não é só a lógica de consumir por consumir o açaí. As crianças sabem que a juçara se liga a toda uma cadeia, numa teia mesmo. E é uma teia também dos animais que se alimentam do mesmo fruto. Daí os animais que se alimentam do fruto, comem e dispersam na floresta. Então as crianças sabem que comeram aquele mesmo fruto. Aí têm as cooperativas, as famílias que produzem a polpa do açaí da juçara. Tem o Centro Ecológico, que é nosso parceiro. A Teia é o ponto central desse trabalho, porque é a partir dela que a juçara vai à escola, e as crianças vão mudando essa cultura.

Enfim, a proposta da Teia acaba por estender os seus fios para o mundo não humano, num movimento de inclusão dos animais e dos vegetais num mesmo coletivo, regido por uma ética ecológica de respeito à diversidade e de reconhecimento do direito à vida a todas as espécies desta imensa biodiversidade, da qual os humanos somos apenas um organismo entre outros. Um mundo mais que humano, que estende suas fronteiras para além da cultura, pensada como um mundo à parte da natureza.

### Considerações finais

Nosso esforço, ao longo deste texto, foi o de mostrar que a juçara não se restringe às suas propriedades enquanto um vegetal nem se deixa capturar por um sentido que lhe é atribuído numa cultura determinada. Tomando a juçara na perspectiva das *epistemologias ecológicas*, entendemos que ela não é uma espécie vegetal em si – um ser ou um organismo preso à sua forma – mas, ao contrário, ela está continuamente sendo (*not at all a being, but becoming*) (Ingold; Palsson, 2013). Nesse sentido, poderíamos dizer que não se trata de “um sujeito, nem de um objeto, nem de um híbrido sujeito-objeto, mas de um verbo” (Ingold, 2014, p. 389). Assim, ao seguir a juçara no seu devir na escola, acreditamos que foi possível entrelaçar muitos fios soltos num universo de pessoas, coisas e instituições que tecem a malha da educação ambiental

no norte do estado do Rio Grande do Sul. No contexto de atuação da Teia, vimos como ela anima as práticas político-pedagógicas e forja a formação das educadoras ambientais em suas atividades junto às crianças e aos jovens. Ela nos conduziu por caminhos que nos levaram a perceber relações entre alimentação ecológica e a agricultura familiar, o papel das ONGs e suas parcerias com o estado e as prefeituras, enquanto base para construção de um circuito ambiental.

O ato de comer o açaí da juçara se mostrou central na articulação local por um projeto sustentável para o ambiente, baseado na associação da agricultura familiar com a defesa da Mata Atlântica. Além disso, ela se apresenta como um elo fundamental para o estabelecimento do pertencimento ao lugar que se torna motivo de orgulho e de busca de reconhecimento externo. O preparo do açaí como alimento por merendeiras, educadoras e técnicos agroecológicos, com a participação das crianças e adolescentes na escola, revela-se como uma oportunidade ímpar de aprendizagem em que, ao explorar as potencialidades do fruto da juçara, as pessoas que se engajam nesse processo também se descobrem como parte do ambiente. Na diversidade de formas que a juçara pode assumir à mesa, respondendo às receitas antigas e novas de processá-la, aprende-se a ver a continuidade entre a potência dos materiais que a constituem e a criação humana, capaz de juntar esses com os de outros vegetais, tornando-a saborosa ao paladar das crianças e pessoas do lugar.

Ao ir à escola, a juçara enseja a possibilidade de novos caminhos a serem trilhados na educação ambiental. Sua presença na Teia mostrou que ela é muito mais do que um vegetal, encerrado em sua forma, a ser definido por suas propriedades biológicas ou químicas, num sistema de classificação científico. Ou ainda, do que um símbolo político e social no campo das lutas ambientais, investido de significados e valores humanos, capaz de agregar pessoas e de representar grupos e instituições que se apresentam na cena pública como defensores de um modo de vida alternativo ao modelo hegemônico de desenvolvimento predador que destrói a biodiversidade e a diversidade cultural. Para além dessas dimensões biológicas, políticas e culturais, a juçara nos conduziu por uma jornada na qual fomos cruzando com outras “coisas”, pessoas, eventos e práticas que nos permitiram perceber e engajar-nos no campo da educação ambiental e participar do circuito ecológico “pela mão da juçara”. Seguindo o seu movimento foi-nos possível juntar muitas pontas da trama da

educação ambiental que vem sendo tecida diuturnamente no lugar e deixar-nos surpreender por muitos caminhos possíveis ainda de serem explorados no horizonte do ambientalismo.

Enfim, esperamos ter conseguido partilhar com o leitor nossa compreensão do que seja a aprendizagem ao apresentá-lo à juçara e ao traçar, nas linhas deste artigo, um caminho em que nos deixamos conduzir “pela sua mão”. Fica, contudo, o convite para que o leitor venha a conhecer a juçara pessoalmente na sua presença, como árvore, na Mata Atlântica, e como fruto, na mesa, servido como alimento às crianças, na merenda escolar. Nesse sentido, este texto terá cumprido seu objetivo se ele tiver conseguido despertar o desejo e o interesse do leitor por encontrar a juçara e por segui-la por caminhos ainda a serem abertos e trilhados. Esse convite traz implícito que o leitor vá além das páginas impressas ou da tela do computador na qual este texto é acessado, num ambiente protegido, por paredes e por um teto, do mundo que pulsa lá fora. A aprendizagem aqui proposta se completará se o leitor conseguir estabelecer uma sintonia material com a juçara por meio da sensibilização de seu sistema perceptivo e da sua presença existencial em muitos ou alguns dos fios que compõe essa trama.

## Referências

AYDOS, V. A invenção do mito de Sepé Tiaraju na Romaria da Terra. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 31-54, jan./jul. 2014.

BRASIL. *Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Instrução normativa de setembro de 2008*. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom\\_boletins/\\_arquivos/83\\_19092008034949.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/83_19092008034949.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2009a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2009b. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000038&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000038&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CENTRO ECOLÓGICO. *Histórico*. [2014]. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/historico.php>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. *Resolução CFN nº 465/2010*. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

O ECO. *Dicionário ambiental: o que é uma espécie bandeira*. 8 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28190-o-que-e-uma-especie-bandeira>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

GONÇALVES, A. L. R. et al. *Inclusão da polpa do açaí de juçara (Euterpe edulis Martius) na alimentação escolar do município de Três Cachoeiras, RS*. 2011. Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalhe.php?id\\_artigo=36](http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=36)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INGOLD, T. That's enough about ethnography! *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Edinburgh, v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014.

INGOLD, T.; PALSSON, G. (Ed.). *Biosocial becomings: integrating social and biological anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PRIMACK, R.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina, 2001.

REJU: a Revista da Rede Juçara. Sustentabilidade, v. 2, set. 2011. Disponível em: <[http://www.coletivocatarse.com.br/downloads/reju/revista\\_rede\\_jucara\\_sustentabilidade\\_toda.pdf](http://www.coletivocatarse.com.br/downloads/reju/revista_rede_jucara_sustentabilidade_toda.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

STEIL, C. A. *O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre a romaria de Bom Jesus da Lapa – BA*. Petrópolis: Vozes, 2006.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. de M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

Recebido em: 30/12/2014

Aprovado em: 05/06/2015